

CORREIO NO MUNDO

Ernie Chan via Wikimedia Commons



China aposta firme na lei de segurança nacional

Lei de Segurança Nacional é endurecida pela China

A Lei de Segurança Nacional, imposta por Pequim a Hong Kong e Macau, foi endurecida neste mês ao criar novas disposições para a atuação das forças de segurança, no primeiro caso, e de juízes, no segundo. Em Hong Kong, foi determinado que a polícia do território pode exigir senhas de computadores e celulares de suspeitos de desrespeitarem a legislação. Quem se recusar pode ter de pagar multa no valor de 100 mil dólares honcongueses (R\$ 66,8 mil), enquanto fornecer informações falsas ou enganosas pode gerar pagamento de 500 mil dólares honcongueses (R\$ 334 mil) ou três anos de prisão. Já em Macau, a nova medida permite que os julgamentos de casos de segurança nacional sejam realizados a portas fechadas.

Hong Kong e Macau

Para que isso ocorra, o juiz responsável deve encaminhar o caso ao Comitê para a Salvaguarda da Segurança Nacional, que decidirá sobre a tramitação.

As decisões desse comitê são finais, sem possibilidade de apelação. Os territórios funcionam como regiões administrativas especiais, o que significa que possuem um sistema distinto do exercido na China continental, mas ainda fazem parte do país.

Charlie fong via Wikimedia Commons



Área autônoma, Macau também é afetada pela lei

Ampliação da atuação de policiais e juízes

Tanto Macau quanto Hong Kong têm poderes executivos, legislativos e judiciários próprios, mas temas ligados às relações exteriores e à defesa ainda são prerrogativas de Pequim. A Lei de Segurança Nacional foi imposta aos territórios em momentos distintos e tem aplicações direcionadas à localização.

No caso de Hong Kong, a legislação entrou em vigor em 2020 como resposta aos protestos pró-democracia que ocorreram no ano anterior. Cerca de quatro anos depois, em 2024, foi endurecida com um novo pacote de leis.

Artigo 23

Conhecido como Artigo 23, que tornou mais restritivas ou adicionou disposições em casos como traição, sabotagem, sedição e espionagem, por exemplo. Neste ano, o símbolo pró-democracia Jimmy Lai foi condenado no âmbito da lei a 20 anos de prisão, com seu caso sendo visto como exemplo da aplicação da legislação.

Por Victoria Damasceno (Folhapress)

Jimmy Lai

Fundador e proprietário do jornal Apple Daily, que encerrou atividades em 2021 após ofensiva das autoridades, Jimmy Lai foi sentenciado com base na acusação de sedição, além de conluio com forças estrangeiras. Já em Macau, a legislação vale desde 2009 e tinha como objetivo defender a soberania e a integridade do território.

Determinações

A legislação de Macau trazia determinações contra crimes que supostamente prejudicariam o Estado, como subversão do poder político, traição e instigação ou apoio a rebeliões, por exemplo. Uma revisão na legislação de Macau, realizada no ano de 2023, fortaleceu seus dispositivos legais.

Au Kam San

No ano passado, por exemplo, o líder democrata Au Kam San foi preso na região acusado por um suposto conluio com forças estrangeiras, caracterizando a primeira prisão pela lei em Macau. Com as novas atualizações, a legislação deve ficar ainda mais dura.

Por Victoria Damasceno (Folhapress)

Anti-imigração

A política anti-imigração do governo Donald Trump, representada pelo ICE, foi enaltecida na última quinta-feira (26) por palestrantes e pessoas que participaram do CPAC —o maior evento conservador do mundo, que este ano reúne políticos e personalidades da direita e ultradireita de diversos países em Dallas, nos Estados Unidos.

Crise total no ICE

O ICE vive uma crise no segundo mandato de Trump depois da morte de dois americanos em Minnesota por agentes da imigração. A atuação do governo passou a ser criticada até por republicanos e levou a diversos protestos e à paralisação, conhecida como shutdown, do Departamento de Segura Interna (DHS) dos EUA.

Sem receber

Graças à discordância no Congresso sobre como a agência de imigração deve funcionar, o Partido Democrata se recusa a aprovar o orçamento do DHS —o que significa que uma série de funcionários, principalmente em aeroportos, estão há mais de um mês sem receber.

Por Isabella Menon (Folhapress)



Ataque à escola primária chocou o mundo no início da guerra

Irã acusa EUA de calcular ataque à escola

Ataque matou 175 em escola primária no início da guerra

Por Folhapress

O ministro das Relações Exteriores do Irã, Abbas Araghchi, acusou nesta sexta-feira (27) os Estados Unidos de terem feito um “ataque calculado” contra uma escola primária no sul do país no primeiro dia da guerra ainda em curso contra Teerã. A declaração foi feita durante uma sessão urgente do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra.

Segundo o chanceler, 175 pessoas, incluindo estudantes e professores, morreram no bombardeio que atingiu a escola Shajareh Tayyebeh, na cidade de Minab, em 28 de fevereiro —o número não pôde ser verificado de forma independente.

Em discurso por vídeo, Araghchi classificou a ação de “crime de guerra e um crime contra a humanidade” e afirmou que o episódio exige “condenação inequívoca” e responsabilização dos autores.

O chefe de direitos humanos da ONU, Volker Türk, também se pronunciou no encontro e descreveu o ataque como um episódio que provocou “horror profundo”. Ele disse que os responsáveis devem conduzir uma investigação “rápida, imparcial, transparente e exaustiva”, com divulgação pública dos resultados.

O bombardeio ocorreu no mesmo dia em que EUA e Israel iniciaram a ofensiva atual contra o Irã, que respondeu com ataques a alvos em Israel e em países do Gol-

fo. De acordo com conclusões preliminares de uma investigação militar americana, o míssil de cruzeiro Tomahawk que atingiu a escola teria sido lançado por engano devido ao uso de dados desatualizados de localização. O alvo pretendido seria uma base iraniana adjacente ao prédio, que anteriormente integrava a instalação militar.

Apesar dessa versão inicial, Araghchi rejeitou a hipótese de erro. Segundo ele, considerando o nível tecnológico das forças americanas e israelenses, “ninguém pode acreditar” que o ataque tenha sido acidental. “Foi deliberado e intencional”, afirmou. “As declarações contraditórias dos EUA, que tentam justificar seu crime, não podem de forma alguma eximi-los de sua responsabilidade.”

O presidente dos EUA, Donald Trump, chegou a sugerir inicialmente que o próprio Irã poderia ser responsável pelo episódio, embora o país persa não possua mísseis do tipo Tomahawk.

O debate desta sexta foi convocado a pedido de Irã, China e Cuba e marcou a segunda sessão urgente da semana sobre a guerra no Oriente Médio no Conselho de Direitos Humanos, composto por 47 países. Familiares das vítimas também falaram durante a sessão.

“Nenhuma mãe está preparada para ouvir: ‘Seu filho não vai voltar’”, disse durante Mohaddeh Falahat, mãe de duas crianças mortas no ataque. Ela pediu que a tragédia não seja esquecida.